

A INFLUÊNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE NA MUDANÇA DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Ronaldo Josué **FALLER**^{1*}, Marialda Souza Bueno **FERRAZ**¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Autor para correspondência: faller.ronaldo@gmail.com

Recebido: 26. 05. 2022 Aceito: 13. 12. 2022

Resumo: Este artigo tem como objetivo abordar e trazer uma breve reflexão de como a interdisciplinaridade influenciou, através de abordagens multidimensionais, a mudança no conceito de desenvolvimento ao longo do tempo. Essas novas abordagens incorporaram ao longo da segunda metade do século XX, sobretudo nas últimas décadas do século e início do século XXI, outros saberes para além da perspectiva econômica tradicionalmente relevante na construção do conceito de desenvolvimento baseado no crescimento. A necessidade de respostas ao fenômeno do desenvolvimento passa a absorver as contribuições das demais áreas do conhecimento, sem com isso excluir a importância do econômico, a fim de responder às necessidades impostas pela realidade dos povos e pela busca de soluções mais abrangentes em um mundo de enorme heterogeneidade e complexidade.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Sustentável

THE INFLUENCE OF INTERDISCIPLINARITY IN THE CHANGE OF THE CONCEPT OF DEVELOPMENT

Abstract: This article aims to approach and bring a brief reflection on how interdisciplinarity influenced, through multidimensional approaches, the change in the concept of development over time. These new approaches incorporated, throughout the second half of the 20th century, especially in the last decades of the century and the beginning of the 21st century, other knowledge beyond the traditionally relevant economic perspective in the construction of the concept of development based on growth. The need to respond to the phenomenon of development begins to absorb the contributions of other areas of knowledge, without excluding the importance of the economic, in order to respond to the needs imposed by the reality of peoples and the search for more comprehensive solutions in a world of enormous heterogeneity and complexity.

Keywords: Interdisciplinarity; Economic Development; Sustainable Development

LA INFLUENCIA DE LA INTERDISCIPLINARIEDAD EN EL CAMBIO DEL CONCEPTO DE DESARROLLO

Resumen: Este artículo tiene como objetivo abordar y traer una breve reflexión sobre cómo la interdisciplinariedad ha influido, a través de enfoques multidimensionales, en el cambio del concepto de desarrollo a lo largo del tiempo. Estos nuevos enfoques incorporaron, a lo largo de la segunda mitad del siglo XX, especialmente en las últimas décadas del siglo y principios del XXI, otros saberes más allá de la perspectiva económica tradicionalmente relevante en la construcción del concepto de desarrollo basado en el crecimiento. La necesidad de responder al fenómeno del desarrollo comienza a absorber los aportes de otras áreas del conocimiento, sin excluir la importancia de lo económico, para responder a las necesidades que impone la realidad de los pueblos y la búsqueda de soluciones más integrales en un mundo de enorme heterogeneidad y complejidad.

Palabras clave: Interdisciplinariedad; Desarrollo Económico; Desarrollo Sustentable

INTRODUÇÃO

O conceito de Desenvolvimento se altera e se amplia no tempo e no espaço. No tempo porque parte de um debate preponderantemente de viés econômico - já que se origina dos estudos a partir do desenvolvimento industrial no séc. XIX na Europa - fundamentando o desenvolvimento como sinônimo de crescimento, *stricto sensu*; um debate que transcorre durante o século XIX e grande parte do século XX.

A partir da segunda metade do século XX, o conceito de desenvolvimento iria incorporar a compreensão dos aspectos sociais e, a partir daí, passa a alargar-se nessa compreensão incorporando tantos outros debates decorrentes que veremos mais adiante.

O conceito, portanto, se amplia na medida em que passa a teorizar não somente sobre as conquistas básicas de que a espécie humana demanda para a sua sobrevivência e reprodução da força de trabalho, tais como: alimentos, assistência à saúde, moradia e a educação (esta última focando para as técnicas e a especialização do trabalho humano).

Essa ampliação ocorre em tempos e espaços diferentes. Países industrializados que já atingiram condições satisfatórias em relação às garantias básicas da população e gozam de maior acumulação de capital passaram a debater o desenvolvimento de forma distinta dos países que ainda não superaram a pobreza e a miséria.

Essas mudanças ocorreram por necessidade de responder a realidade que não mais se satisfazia pela abordagem restrita ao econômico. Esse artigo tem como objetivo relacionar essa mudança no conceito de desenvolvimento com a questão da interdisciplinaridade, ou

seja, a influência da agregação de diversas áreas do conhecimento no debate que resulta em novos entendimentos.

É pelo imperativo das necessidades postas pela realidade que a multidimensionalidade do conhecimento humano passa a ser decisiva na mudança do conceito. A interdisciplinaridade como método de estudo não é consenso, tampouco um debate encerrado. Sua compreensão como método a ser empregado na pesquisa é uma polêmica permanente daqueles que se debruçam profundamente sobre o tema.

Mas é necessária a compreensão sobre a interdisciplinaridade para o entendimento de como se alterou a compreensão sobre o desenvolvimento. Não se está refletindo sobre o polêmico debate sobre o conceito – interdisciplinar - e sim, sobre sua influência nas novas abordagens para um fenômeno também em permanente transformação, o desenvolvimento.

UM MÉTODO QUE INFLUENCIA O FENÔMENO

Segundo Hector Leis (2005), o conceito de interdisciplinaridade tem sido banalizado e a fim de se evitar debates teórico-metodológicos sobre os conceitos, o autor recomenda partir da pergunta de como esta atividade se apresenta no campo acadêmico.

Vale aqui lembrar que essa tentativa de organização e hierarquização, que é evitada nos meios acadêmicos que experimentam a interdisciplinaridade, é algo só possível no tempo moderno, onde por diversas razões o conhecimento fora fragmentado em disciplinas, entre áreas exatas e humanas, grosso modo. Para Martino e Boaventura (2013)

A interdisciplinaridade é um movimento que tem ganhado espaço no cenário intelectual a partir da década de 1960. O tema na verdade não é novo e a data tem por referência o interesse de entidades não acadêmicas (como a UNESCO e a OCDE) por questões relacionadas ao conhecimento científico. Ele está composto por uma série de posicionamentos, nem sempre conciliáveis, que cobrem diferentes dimensões, como: o ensino (composição de um currículo escolar), a aplicação prática (grupos de trabalho envolvendo diferentes especialistas em torno da solução de um problema prático comum) e a fundamentação do conhecimento científico, epistemologia (Martino; Boaventura, 2013, p. 01).

Japiassú e Marcondes (2001) definem de interdisciplinaridade da seguinte forma:

Interdisciplinaridade correspondendo a uma nova etapa do desenvolvimento do conhecimento científico e de sua divisão epistemológica, e exigindo que as disciplinas científicas, em seu processo constante e desejável de interpenetração, fecundam-se cada vez mais reciprocamente, a interdisciplinaridade é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa. Ela torna possível a complementaridade dos métodos, dos conceitos, das estruturas e dos axiomas sobre os quais se fundam as diversas práticas científicas. O objetivo

utópico do método interdisciplinar, diante do desenvolvimento da especialização sem limite das ciências, é a unidade do saber. Unidade problemática, sem dúvida, mas, que parece constituir a meta ideal de todo saber que pretende corresponder às exigências fundamentais do progresso humano. Não confundir a interdisciplinaridade com a multi ou pluridisciplinaridade: justaposição de duas ou mais disciplinas, com objetivos múltiplos sem relação entre si, com certa cooperação, mas sem coordenação num nível superior (Japiassú; Marcondes, 2001, p. 106-107).

Para Martino (2013), no mundo em que viveu Aristóteles os conhecimentos das diversas áreas transitavam pela iniciativa dos próprios pensadores de forma natural e a fragmentação e a hierarquização dos diversos saberes não eram desejadas pelo fato de que a especialização não acrescia no estoque de conhecimentos. A especialização não era, em suma, um objetivo, como o ocidente conheceria no mundo moderno.

Desde a Antiguidade os filósofos já se inquietavam sobre a natureza do conhecimento. Aristóteles, por exemplo, distinguia duas formas: o nous (noesis, noos, intelecto, cognição, pensamento) e a dianóia (através do pensamento). O primeiro termo se refere a um conhecimento imediato, instantâneo e global, traduzido para o latim como intuição. O segundo termo designa o conhecimento como processo, o pensamento discursivo, que discorre e se desdobra, atravessando várias etapas, níveis, perspectivas. A questão da interdisciplinaridade pode ser delimitada e precisada a partir desses dois modos do pensamento, pois se ela aspira à totalidade do primeiro, de outra parte os adeptos da interdisciplinaridade acreditam encontrar nas diferentes disciplinas (ou em sua superação) os meios teóricos e epistemológicos para efetivar esta unidade do conhecimento. Ao contrário da concepção aristotélica, a unidade interdisciplinar não é dada de imediato (intuição), mas deve ser construída (cooperação, cruzamento) (Martino, 2013, p.04).

Diante da inviável busca por derradeiras definições, o que implicaria em reafirmação do modelo fragmentado parece só existir a partir da prática, da “pergunta” a qual se refere Leis “(...) *parece prudente evitar os debates teórico-ideológicos sobre o que é a interdisciplinaridade, sendo preferível partir da pergunta sobre como esta atividade se apresenta no campo acadêmico atual*” [Leis, 2005, p. 03] para evidenciar o que seja a interdisciplinaridade e seus efeitos práticos sobre os fenômenos, aqui no caso, o fenômeno do Desenvolvimento e suas diversas abordagens.

Nesse sentido parece ficar evidenciado que o Desenvolvimento cumpre, sem exclusão de nenhum outro, mas se atendo ao objeto aqui analisado, esse papel de “caso” que sofre mudança de interpretação a partir das contribuições de diversas áreas ao longo do tempo, quais sejam: econômica, sociológica, biológica, geografia e antropológica, para citar as mais evidentes.

Se o desenvolvimento sofre alterações de entendimento ao longo do tempo pela influência dos conhecimentos e das respostas - e das perguntas - de diversas áreas do conhecimento, parece ficar evidente que é nas necessidades concretas do mundo em

transformação e não no debate abstrato, que essas questões surgem com a intenção de responder alguns dilemas humanos e ambientais.

Esses dilemas que se materializam através das demandas da sociedade, organizados em movimentos reivindicatórios por um outro desenvolvimento, passam a ser incorporados nas agendas governamentais e de Estado. Ainda que na prática essas incorporações tenham absorções diferenciadas: os acordos e demais iniciativas da sociedade visando esse “outro desenvolvimento” e a própria compreensão do que seja um modelo mais adequado modifica-se no espaço.

Considerando que as necessidades sociais e ambientais se diferenciam em espaços distintos, em um mundo heterogêneo no que tange aos direitos dos povos e suas relações com o meio ambiente e humano e não-humano, e que as diversas correntes teóricas, bem como as ideologias, interferem na aplicação de políticas com o objetivo de impulsionar novas formas de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

A partir do momento em que o conceito de desenvolvimento tal qual se apresenta atualmente e em permanente debate, já incorporado de inúmeras variáveis relativamente novas, superam o que se conhecia decorrente da revolução industrial, caracterizado pelo viés preponderantemente econômico baseado no crescimento, é que podemos afirmar que na prática a interdisciplinaridade se materializa, assim como no mundo antigo, onde a necessidade de integração dos conhecimentos prevalecia. Tal definição é bastante apropriada

(...) a interdisciplinaridade é um método de pesquisa e de ensino suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si, esta interação podendo ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Enciclopédia Britânica do Brasil apud Nascimento, 2010, p. 02).

A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Ao refletir sobre as visões mais recentes sobre o desenvolvimento é necessário que se faça algumas considerações sobre as teorias que embasaram a literatura econômica conhecida e difundida no decorrer dos séculos XIX e XX, oriundas do processo da revolução industrial. Foram essas abordagens que deram sustentação aos modelos debatidos e aplicados na sociedade ocidental até então.

A partir da Escola Clássica, com Adam Smith e sua mais célebre obra *A Riqueza das Nações: Investigação sobre a sua natureza e suas Causas*, de 1776, que tem como essência a visão de livre mercado e do interesse individual decorrem abordagens, ora concordantes na

essência, ora refutantes como foi a teoria elaborada posteriormente por Karl Marx, que conceituava o desenvolvimento não só econômico como também o humano, como fica evidente nos conceitos do autor sobre a “classe em si” e a “classe para si” e de “ideologia da classe operária”, que não se limitam ao econômico e incorporam a análise sociológica e filosófica.

No Brasil, já a partir dos anos 50, com a abordagem nacional-desenvolvimentista e as formulações estruturalistas da CEPAL, o debate sobre desenvolvimento, baseados em categoria de análise como o Subdesenvolvimento e da relação Centro e Periferia (do capitalista mundial), passa a ser objeto não só da Economia, mas também da Sociologia e da Geografia enquanto áreas do conhecimento.

A partir da década de 1970 as questões relacionadas ao meio ambiente e o surgimento do termo *ecodesenvolvimento*, crítico a visão do desenvolvimento baseado na noção de crescimento, incorporaria a questão ambiental ao debate econômico e social.

(...)o desenvolvimento sustentável ultrapassa a noção de bem estar associado a crescimento econômico e a simplificação ecologista que restringe o bem estar de algumas espécies em benefício de outras, posicionando a corrente teórica da Economia Ecológica na vanguarda da nova concepção de desenvolvimento que tem como fim a melhora do bem-estar das pessoas, preservando o meio ambiente, a cultura, reduzindo as desigualdades sociais e expandindo as liberdades, assim como a consideração de uma visão sistêmica na formulação das políticas públicas e no desenvolvimento de estratégias empresariais, avaliando fatores antes negligenciados como os relacionados à energia, fazem da Economia Ecológica o braço teórico da Economia mais identificado com a interdisciplinaridade e, portanto, com a busca efetiva de um novo modelo de reorganização social e produtiva com o intuito de garantir um planeta sustentável em todos os aspectos para as gerações futuras (Santos, 2016, p.12).

Ainda que essa afirmação do autor - derradeira sobre a vertente mais interdisciplinar no debate sobre um modelo de desenvolvimento - possa suscitar polêmica, é fato que a partir da incorporação da dimensão ambiental qualquer debate que desconsidere essa dimensão se torna ultrapassado.

A partir de novas incorporações, interdisciplinares, foram realizadas novas abordagens no transcorrer das últimas décadas do século XX. O desenvolvimento passa a ser entendido como fenômeno multidimensional, enfatizando um modelo de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido destacamos as realizações que influenciaram essa nova abordagem, quais sejam: Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento também conhecida como Conferência de Estocolmo (1972), ECO 92 (1992), Protocolo de Kyoto (Conferência das Partes, ocorrida em 95,96 e 97), A Cúpula do Milênio (2000), RIO+10

(2002), RIO+20 (2012), a Agenda 2030¹ (2015), COP 26 (26ª Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, também conhecida como Conferência de Glasgow, em 2021).

Relevante, também, é a ampliação dos mensuradores da situação econômica das populações para além de índices baseados em renda *per capita* e concentração de renda como Índice de Gini (formulado inicialmente em 1912). Em 1990 as condições socioeconômicas passam a ser computadas através do Índice de Desenvolvimento Humano (o IDH, formulado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, teóricos do desenvolvimento humano) considerando outras variáveis para além da renda “*per si*” das famílias, como os avanços na saúde e na educação.

A partir da abordagem de desenvolvimento sustentável e das formulações teóricas sobre desenvolvimento humano, questões como a liberdade, a felicidade e o bem-estar (mensurado de forma multidimensional), passam a ser incorporadas como possibilidades de um outro modelo para o desenvolvimento. Teorias sobre o Decrescimento e o Bem Viver, são exemplos de abordagens de viés antropológico.

Nesse sentido, vale destacar os objetivos traçados na Cúpula do Milênio, realizada pela ONU em 2000. Após essa conferência foram estabelecidos objetivos, através da Declaração do Milênio, a serem perseguidos pelos 193 países membros até 2015, quais sejam: a erradicação da fome e da pobreza extrema, a universalização do ensino primário, a igualdade entre gêneros, a redução da mortalidade infantil, a melhora da saúde materna, o combate ao HIV e malária, a garantia da sustentabilidade e a parceria global para o desenvolvimento.

As conferências posteriores a 2015 que reeditaram e detalharam os objetivos traçados na Cúpula, passaram a destacar as questões incorporadas ao entendimento do modelo de desenvolvimento sustentável, tais como: paz e justiça, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, agricultura sustentável, industrialização sustentável e inclusiva com apoio à inovação, além da reafirmação de questões relativas às mulheres, ao direito à território, liberdades individuais, democracia e garantias econômicas e o combate às mazelas que ainda persistem em boa parte do planeta como a fome, a pobreza e a miséria.

Torna-se assim evidente que os tratados governamentais incorporaram as novas abordagens difundidas, sobretudo, a partir dos anos de 1990, tais como, as formulações de Amartya Sen sobre as “liberdades instrumentais”, evidenciadas em inúmeros objetivos como o papel das mulheres nas mudanças sociais para elevação do bem-estar.

1 O debate que resultou na Agenda 2030, não é restrito aos aspectos ambientais, mas às várias dimensões do desenvolvimento humano. No entanto há claramente nas metas, a ênfase para medidas sustentáveis em todas as dimensões do bem estar humano.

(...) há provas abundantes de que, sempre que as disposições sociais diferem da prática tradicional da propriedade masculina, as mulheres conseguem tomar iniciativas nos negócios e na economia com grande êxito. Está claro que o resultado da participação feminina não é meramente a geração de renda para as mulheres, mas também a provisão de benefícios decorrentes de status mais elevado e da independência feminina (...) a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si (...) como uma grande influência para a mudança social em geral (Sen, 2010, p. 261).

No início do século XXI foram formuladas propostas de crescimento profundamente críticas aos modelos vigentes no mundo capitalista ocidental, baseados no crescimento econômico. A proposta de Decrescimento, elaborada originalmente nos anos de 1970 e desenvolvida posteriormente pelo filósofo e economista francês Serge Latouche, é considerada uma crítica antropológica ao pensamento econômico dominante que tem a produção e o consumo, em grandes escalas, como premissas.

O conceito de Bem-estar passa a ser entendido em outras bases de relação com o trabalho, o consumo, os recursos naturais e o tempo dedicado a atividades não produtivas. É o que Latouche, declara em entrevista concedida em 31 de agosto de 2013:

É preciso trabalhar menos para ganhar mais, porque quanto mais se trabalha, menos se recebe. É a lei do mercado. Se você trabalha mais, aumenta a oferta de trabalho, e como a demanda não aumenta, os salários baixam. Quanto mais se trabalha, mais se provoca a baixa dos salários. É necessário trabalhar menos horas para que todos trabalhem, mas, sobretudo, trabalhar menos para viver melhor (...). É necessário reduzir as horas de trabalho e relocará-lo. É preciso fazer uma reconversão ecológica da agricultura, por exemplo. É necessário passar da agricultura produtivista à agricultura ecológica campesina (Latouche, 2013).

Outro modelo alternativo para o debate sobre desenvolvimento e, que incorpora distintas áreas do conhecimento, aprofundando questões relacionadas ao bem-estar, dedicando-se às relações sociais, com o resgate de formas pré-capitalistas de desenvolvimento - radicalmente contrárias às noções de bem estar desenvolvidas dentro de um sistema de mercado (ainda que com a presença relevante do Estado) - como foram as experiências europeias do século XX, **é a proposta do “Bem Viver”**.

Parte do estudo sobre a resistência indígena na América Latina ao modelo capitalista globalizado e seus efeitos, resgatando o modo de vida comunitário, não predatório com os recursos naturais e contrário ao padrão de consumo dominante.

O Bem viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza. (...) supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. (...) revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Crítica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma enteléquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que,

perversamente, jamais irá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais sinais de mau desenvolvimento. E isso em um mundo em que as brechas que separam ricos e pobres, inclusive em países industrializados, se alargam permanentemente (Acosta, 2016, p. 24).

Nesse contexto de novos prismas para a abordagem do desenvolvimento humano, a ONU em sua Assembleia Geral (2011), aprovou uma resolução sugerindo aos países membros que mensurarem a felicidade de seus povos. Foram auferidos 157 países. O Butão já havia oficializado a medição da Felicidade Interna Bruta, em substituição ao PIB como medida de bem-estar social.

O Relatório Mundial de Felicidade (World Happiness Report) considerou os seguintes indicadores de mensuração da felicidade global: produto interno bruto *per capita*, assistência social, expectativa de vida saudável, liberdade para fazer escolhas, generosidade, confiança e distopia, este último indicador trata-se de um país hipotético para termos de comparação.

Em 2017, o Fundo Monetário Internacional realizou um estudo para elaborar um *ranking* da pobreza extrema no mundo utilizando-se dos indicadores de poder de compra e PIB *per capita*. É interessante observar que nos dois estudos - em que pese a subjetividade de alguns indicadores constantes no relatório de felicidade, como questões relacionadas às liberdades e generosidade, em contraponto a indicadores mais tradicionais e mensuráveis economicamente, como PIB - os países em piores colocações são os mesmos.

No entanto, não se observa o mesmo em se tratando de riqueza e felicidade. Os países em melhores colocações, dada as maiores rendas *per capita*, não estão situados entre os mais felizes, com exceção da Noruega e Suécia, bem colocadas em ambas as pesquisas, com distintas abordagens para o bem-estar e o desenvolvimento.

CONCLUSÕES

Hector Leis afirma que a história da interdisciplinaridade se confunde com a dinâmica viva do conhecimento (LEIS, 2005). Partindo dessa breve, mas consistente afirmação, tentou-se demonstrar que para além do debate sobre disciplinas e suas integrações a interdisciplinaridade influenciou profundamente a mudança do conceito de desenvolvimento no tempo e no espaço.

Essas mudanças consideraram não somente a dinâmica do conhecimento, mas, das realidades sociais diversas que demandam novas respostas ao debate sobre um fenômeno paradigmático para os povos, qual seja, o do desenvolvimento. Enquanto objeto de estudo, o fenômeno do desenvolvimento foi analisado primordialmente sob a dimensão econômica *stricto sensu*, em decorrência da sociedade industrial, se ampliando e incorporando outros

saberes no decorrer do tempo, superando a noção de crescimento como sinônimo de desenvolvimento.

As mudanças, portanto, ocorrem a partir dos dilemas, que no decorrer do tempo e dos espaços diversos, são colocados para aos povos e que por sua vez se transformam em objetos de pesquisas e de elaboração de teorias e modelos, abrangendo novas dimensões do conhecimento e novas realidades impostas pela vida material e por anseios de transformações sociais.

Se o conceito de Desenvolvimento incorporou os conhecimentos do campo das ciências sociais e biológicas, para além das econométricas e estatísticas, de acordo com as necessidades de cada época e lugar, ele se torna um debate permanente no meio acadêmico e científico.

Debate, portanto, inacabado, aberto às transformações, incorporações do conhecimento multidimensional e novos prismas em busca de respostas mais apropriadas para cada tempo e espaço, em sintonia com os impasses e anseios sociais por uma vida satisfatória em todas as dimensões, ambientais e humanas.

REFERÊNCIAS

Acosta, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar mundos**. Editora Elefante: São Paulo, 2016.

Japiassú, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Imago Editora: Rio de Janeiro, 1976.

Japiassú, H.; Danilo, M. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3ª edição. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2001.

Lacerda, R. F.; Feitosa, S. F. Bem Viver: Projeto U-tópico e De-colonial. **Interritórios**, Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco Caruaru, BRASIL, V.1, N.1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/5007/4291>

Latouche, S. **Entrevista “Serge Latouche, o precursor da teoria do decrescimento, defende uma sociedade que produza menos e consuma menos”**. Publicada em 03-09-2013, Instituto Humanitas, UNISINOS. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/523299-serge-latouche-o-precursor-da-teoria-do-decrescimento-defende-uma-sociedade-que-produza-menos-e-consuma-menos>

Leis, H. R. Sobre o Conceito de Interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Nº 73. Florianópolis, 2005.

Martino, L. C.; Boaventura, K. T. O Mito da Interdisciplinaridade: história e institucionalização de uma ideologia. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação**. E-Compós: Brasília, v.16, n.1, jan/abr. 2013. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/892/644>

Moreira, S. B.; Crespo, N. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago 2012. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/29899/1936>

Nascimento, P. A. A. **Interdisciplinaridade e sua metodologia**. Publicado em 04-07-2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/PauloAndre28/interdisciplinaridade-e-sua-metodologia-paulo>.

Os 12 países mais ricos do mundo (PIB per capita) em 2022. Disponível em: <https://www.maioresemelhores.com/paises-mais-ricos-pib-per-capita>. Acesso em 10 jul. 2022.

Santos, R. B. **Relações entre meio ambiente e ciência econômica**: reflexões sobre economia ambiental e a sustentabilidade. UFPR, 2016. Disponível em: <https://www2.unifap.br/glauberpereira/files/2016/07/CASO-01.pdf>.

Sen, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

ONU United Nations, **Millenium Development Goals**. Disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/>. Acesso em 01 jul. 2022.

ONU Brasil, **Desenvolvimento**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/desenvolvimento/>. Acesso em 01 jul. 2022.

ONU, **Relatório Mundial da Felicidade**. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2016/>

20 países mais pobres do mundo. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/paises-mais-pobres-do-mundo/>. Acesso em 04 jul. 2022.